



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 21/12/2015

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na sede da Junta de Freguesia, à rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número décimo primeiro da Lei número setenta e cinco, de doze de setembro de dois mil e treze, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um: Apresentação de pedido de suspensão de mandato, pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias de um membro da Assembleia e tomada de posse de um elemento para sua substituição; -----

Ponto dois: discussão e aprovação da ata da reunião anterior; -----

Ponto três: deliberação sobre o congelamento da atualização das taxas para dois mil e dezasseis, de acordo com a Deliberação da Junta de Freguesia; -----

Ponto quatro: discussão e votação do mapa de Pessoal, Plano de atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamentos para dois mil e dezasseis; -----

Ponto cinco: relatório de atividades da Junta. -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Raúl Conceição Santos, João Pedro Luís Queirós, António Joaquim Tavares Queijo, Avelino Ferreira de Almeida, Claudino Fernandes da Custódia, Daniela da Silva Ramalho, Diva Joana Silva Ribeiro, Isabel Maria Miranda Martins, Olga Maria Beselga Parchão Trábulo, Paulo Alexandre da Silva Moreira de Sousa. Verificaram-se, também, as seguintes substituições ao abrigo do número setenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número cinco-A, de onze de janeiro de dois mil e dois, dos elementos do Partido Socialista (doravante designado por PS) Helena Isabel Rocha Oliveira por António Alberto Alves Sousa, António Joaquim Teixeira da Mota por Teresa Maria Martins



Pinho, André Adolfo da Silva Teixeira por Pedro Miguel Oliveira da Rocha e Sousa, Daniela Ferreira da Costa por Nuno Daniel Gilvaia da Costa.

Do Partido Social Democrata, (doravante designado por PSD) Carlos Jorge de Sousa Oliveira por Tiago André Guimarães, Carlos Manuel de Sousa dos Santos por Marta Isabel Dias Inverneiro, Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez por Manuel da Costa Coelho, Luís António Dias Vasquez por Sérgio Tiago de Sousa Santos Ribeiro, Manuel Augusto Dias por Ângela Alexandra Vieira Bragança. -----

O Presidente da Assembleia, Raúl Santos, deu início à sessão saudando todos os presentes e explicando as alterações realizadas à Mesa da Assembleia, dos dois secretários que não puderam estar presentes por motivos pessoais e de saúde, sendo efetuado o convite a outros dois membros do PS, Alberto Sousa e Teresa Pinho, sendo aceite por unanimidade esta constituição da Mesa. -----

De seguida o Presidente da Mesa deu início à Sessão da Assembleia começando pela correspondência recebida da Associação Académica e Cultural de Ermesinde (AACE) com um convite para a sua festa de Natal e do Grupo Parlamentar do PSD correspondência relativa à eventual reintrodução das portagens em Ermesinde e Maia. -----

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público, tendo-a tomado Artur Costa que começou por saudar todos os presentes e desejar votos de Bom Natal. De seguida manifestou a sua preocupação com a notícia recente sobre a eventual implementação do pagamento de portagens em Ermesinde e apelou à autarquia e a todas as forças políticas um forte empenho de forma a evitar a concretização das mesmas. -----

Como não houve mais inscrições por parte do público, o Presidente da Mesa, Raúl Santos, e antes de dar a palavra aos Membros da Assembleia e para que esta funcione com todos os membros em pleno direito, passou de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a saber: -----

Ponto um - pedido de suspensão de mandato pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias de Ângela Maria Pinto Ferraz eleita pela Coligação Democrática Unitária (doravante designada por CDU) que a seu pedido, por carta dirigida ao Presidente da Assembleia, ao abrigo do artigo setenta e sete da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro, alterada pela Lei Cinco A , de onze de janeiro de dois mil e dois e ainda ao abrigo



ff. *Helelana*
JPK

de artº. oitavo do regimento da Assembleia de Freguesia, solicita a suspensão do seu mandato como membro do órgão autárquico por motivos profissionais. -----

Aceite a suspensão, passou-se à leitura da ata da Tomada de Posse de João Pedro Luís Queirós, eleito pela lista da CDU que foi chamado pelo Presidente da Assembleia para assinarem, em conjunto, o respetivo documento de tomada de posse, ficando, assim, completa a substituição e encerrado o primeiro ponto da ordem de trabalhos, aproveitando, ainda, o Presidente Raúl Santos para felicitar o novo membro e dar-lhe as boas vindas. -----

De seguida passou-se ao período de antes da ordem de trabalhos, abrindo o respetivo período de inscrições. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra a Tavares Queijo (PS) que saudou todos os presentes e leu uma moção contra a reintrodução de portagens na A4 em Ermesinde e apelou que, no caso de haver outras moções com o mesmo propósito, se consiga um documento único e consensual (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número um**). Seguidamente Ângela Bragança (PSD), fez uma intervenção congratulando-se com a tomada de posição unânime de todo o executivo da Junta de Freguesia de Ermesinde, contra a reintrodução de portagens na A4 e na A3 e nesse sentido apresentou o documento para votação (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número dois**). Avelino Almeida (CDU) usou da palavra para colocar algumas questões sobre: limpeza dos espaços interiores do parque urbano e da rua da Fabrica Cerâmica, a necessidade de colocação de grelhas em determinados locais do espaço da Escola da Costa de forma a evitar quedas e lesões nas crianças e ainda sobre problemas existentes no cemitério número um, nomeadamente, espaços longos entre grelhas de escoamento de águas utilizadas nas limpezas de campos / jazigos. Apresentou, ainda, uma recomendação sobre as árvores dos espaços públicos onde pede e recomenda à Junta, na pessoa do seu Presidente, que intervenha junto da Câmara para que ponha cobro à poda rotineira, sem qualquer explicação racional (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexos números três e três A**). Seguidamente usou da palavra Daniela Ramalho do Bloco de Esquerda (doravante designado por BE) para apresentar uma moção contra a reintrodução de portagens nos troços da A3 e A4 que servem a Freguesia de Ermesinde, salientando o facto dessa possível reintrodução provocar prejuízos aos cinquenta mil habitantes da cidade de Ermesinde e não haver alternativas viáveis para o percurso abrangido pela auto- estrada. Alertou, ainda, para o agravamento das condições de



conservação do Parque da Socer (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo quatro**). Olga Trábulo (PSD) usou da palavra para, em nome do seu grupo parlamentar, agradecer e felicitar a Junta de Freguesia por ter presenteado os alunos do Ensino Básico e Pré – Escolar com livros (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número cinco**). Isabel Martins (PSD) também usou da palavra para felicitar o Executivo de Junta pelo facto de ter trazido às ruas da cidade de Ermesinde a animação de Natal (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número seis**). Tiago Guimarães (PSD) felicita a Junta de Freguesia por ter contribuído, no âmbito do apoio social, com cabazes de natal a cerca de trezentas famílias. Esta iniciativa foi acompanhada pela ADRA, Associação Caminho Suave, e Conferência São Vicente de Paulo. Seguidamente, Sérgio Ribeiro (PSD), em nome da sua bancada, apresentou um voto de louvor ao CLUB ZUPPER ASSOCIAÇÃO, pela organização da corrida de SÃO SILVESTRE DE ERMESINDE, onde participaram cerca de oitocentos atletas (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número sete**). Marta Inverneiro (PSD) congratula-se com o facto da Junta de Freguesia organizar atividades direcionadas para a comunidade jovem, dando como exemplos o campo de férias e a festa da juventude (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número oito**). Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta para as respetivas respostas. O Presidente da Junta começou por responder a Daniela Ramalho (BE) dizendo que a gestão do parque da Soccer é da responsabilidade da Câmara Municipal, apesar de já ter sugerido que a gestão do referido parque passasse para a Junta. Quanto à limpeza das árvores, e respondendo a Avelino Almeida (CDU), referiu que esta situação já foi colocada na Assembleia Municipal pela CDU, pelo que tudo o que se relacionar com podas que sejam da responsabilidade do município, deve ser colocado na referida A. M. Também referiu que, no que diz respeito às podas da responsabilidade da Junta, as de maior dimensão ainda não foram efetuadas, as de pequeno porte estão ser alvo de poda normal. O Presidente informou que a Junta vai iniciar um plano de abate de árvores que sejam incompatíveis com a utilização do espaço, nomeadamente as que prejudicam a iluminação pública. Quanto à limpeza do Parque Urbano, a Junta mantém até trinta e um de Dezembro a varredura diária, no entanto refere que já comunicou à Câmara o novo plano de varredura e uma vez que o parque urbano é outro espaço que a Câmara manteve na sua gestão deverá ser ela própria, à semelhança da Vila Beatriz, assegurar a varredura e manutenção. No que diz respeito às silvas da Rua Fábrica da Cerâmica o Presidente irá ordenar um levantamento para ser identificado o proprietário e este



fl. Helena
pk

proceder à sua limpeza. Relativamente à questão das portagens, o Presidente lembrou que a primeira vez que lhe foi colocada a questão da introdução das portagens na A3 e na A4 foi num debate no Porto Canal, com o candidato do PS, tendo a jornalista colocado esta questão à qual Tavares Queijo se referiu como sendo completamente contra e que não era para avançar. Referiu, ainda, que conjuntamente com o ex Presidente da CMV, João Paulo Baltazar, e com uma técnica da Câmara, apresentaram um trajeto alternativo àquele que era proposto. Diz, também, que a culpa é de quem renegociou o contrato, em dois mil e oito, e previu as portagens para financiar aquela obra, sendo também culpado quem, desde dois mil e onze a dois mil e quinze, não resolveu o assunto e não o retirou da agenda, concluindo, no entanto, que só haverá portagens na A3 e A4 com autorização do atual Governo. -----

O Presidente continuou dizendo “ *aquilo que o executivo da Freguesia deliberou que vai de encontro com aquilo que a Assembleia Municipal subscreveu é que nós não queremos saber de quem é a culpa, por isso devemos-nos centrar no que é importante tendo em conta que o executivo já tomou uma posição e já a transmitiu a Assembleia Municipal, faz sentido a proposta que foi apresentada pela Ângela Bragança para esta Assembleia ratificar a tomada de posição do executivo para que não andemos com posições diferentes, sobre o mesmo assunto.* -----

“*Relativamente à articulação com os outros concelhos ela já existe, o Presidente da Maia é contra, aliás eu fico-me ao nível das Freguesias com o apoio mostrado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Baguim, e de Alfena. Mais do que estarmos preocupados com a cor do decisor estamos preocupados com a decisão. E nós não queremos que sejam introduzidas as portagens, a posição é unânime, ela será transmitida, a tomada de posição foi hoje aqui apresentada e na minha perspetiva deverá ser retificada por esta Assembleia, dando mais força a essa tomada de posição.*” -----

Terminada a intervenção do Presidente da Junta, o Presidente da Mesa pôs à votação para aceitação, duas moções do PS e do BE e uma tomada de posição do PSD acerca da introdução das portagens. -----

Tavares Queijo (PS), pediu a palavra, na qualidade de proponente, para afirmar que retirava a moção apresentada pelo PS se for aprovada, por unanimidade, a deliberação do executivo da Junta contra a introdução das portagens em Ermesinde. No mesmo sentido, Daniela Ramalho



(BE) retirou a sua moção. Perante esta posição o Presidente da Mesa colocou à votação para aceitação e discussão a tomada de posição apresentada pelo PSD que foi aceite por unanimidade. Não havendo discussão foi votada e aprovada por unanimidade (esta tomada de posição faz parte integrante desta ata como **Anexo dois**). -----

Ponto 2 – discussão e aprovação da ata da reunião anterior -----

Como não houve propostas de alteração, a ata foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não participaram nesta votação, por não terem estado presentes na referida Assembleia, os membros Teresa Pinho (PS), Pedro Sousa (PS), João Queiroz (CDU), Tiago Guimarães (PSD), Marta Inverneiro (PSD), Daniela Ramalho (BE), Nuno Costa (PS), Manuel Coelho (PSD), Sérgio Ribeiro (PSD) e Ângela Bragança (PSD). -----

Ponto 3 – deliberação do congelamento das taxas para dois mil e dezasseis de acordo com a deliberação da Junta de Freguesia. -----

Pedro Sousa (PS) usou da palavra para anunciar que o Partido Socialista concordava com o congelamento das taxas para dois mil e dezasseis, atendendo à inflação relativamente baixa e a estimativa de uma perda de receita com pouco impacto para o Orçamento da Junta. (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número nove**). -----

De seguida, o Presidente da Junta justificou esta iniciativa do executivo pelo facto das taxas serem inferiores a cinco cêntimos e mesmo nas mais elevadas o valor da receita em caso de aumento não ser significativo por isso optaram por não mexer na tabela. Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. Para efeitos imediatos o Presidente da Mesa colocou a Minuta à votação sendo também aprovada por unanimidade. -----

Ponto 4 - discussão e votação do Mapa de Pessoal, Plano de Atividades, Plano plurianual de Investimentos e Orçamento para dois mil e dezasseis. -----

Paulo Sousa (PSD) usou da palavra, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, para deixar uma palavra positiva sobre o orçamento pois revela rigor e equilíbrio (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número dez**). Seguidamente, Diva Ribeiro (PS), em nome do Partido Socialista, demonstrou o agrado pela reintrodução neste plano do estudo de viabilidade económica para construção do crematório e constatou, também, com agrado o início da requalificação do Largo António Moreira Silva Canório (esta intervenção faz parte



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H', 'Haleira', and 'FJK'.

integrante desta ata como **Anexo número onze**). De seguida usou da palavra Daniela Ramalho (BE) criticando o Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento pelo facto do documento se traduzir num exercício de copiar e colar os documentos dos anos anteriores, salvaguardando algumas pontuais alterações, não deixando de ser preocupante que em três anos nada tenha sido aparentemente feito (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número doze**). João Queirós (CDU) usou da palavra para manifestar a sua concordância com o modo como foi elaborado o orçamento, quer no plano das receitas quer no plano das despesas, afirmando estar-se perante um documento corretamente elaborado. Já quanto ao plano de atividades o mesmo suscita dúvidas (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número treze**). O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta para responder às questões colocadas. -----

Usando da palavra o Presidente da Junta começou por responder ao PS sobre a requalificação do largo da “feira velha” dizendo que só não se encontra ainda resolvido porque no anterior mandato o projeto que existia não se tornou viável, porque em determinada altura já ia em setenta mil euros e percebeu-se que se teria de recuar pois havia outras áreas onde intervir. Informou que neste momento só falta colocar o mausoléu de homenagem aos benfeitores e instalar o parque infantil. Respondendo à questão do fundo de emergência social, disse que o fundo não é uma ferramenta de medição pois senão em Janeiro executava os dez mil euros e ficava o assunto resolvido, preferindo em alternativa colocar as pessoas ao abrigo de contratos de emprego e inserção para criarem hábitos de trabalho e aumentar assim o rendimento do agregado. Quanto aos cabazes de Natal o Presidente da Junta informou que a constituição dos mesmos são da responsabilidade das Instituições a quem a Junta só entrega o bacalhau. Respondendo às questões colocadas pelo BE disse que o crematório é uma necessidade urgente e que o estudo será feito apesar de ter reservas quanto à sua valia. O Presidente relativamente ao protocolo com a Câmara Municipal de Valongo diz que o mesmo não avançou porque desconhece os pressupostos inerentes ao investimento final e para haver financiamento para o crematório existem contrapartidas, o direito de superfície a quarenta ou cinquenta anos e ter garantias de retorno do investimento. Quanto à requalificação do mercado, o Presidente da Junta informou que é da competência da Câmara Municipal que disseram estar pronto em cinco meses e já lá vão nove. Sobre o parque infantil de Sonhos, informou que a função da Junta é de limpeza e manutenção, até porque o parque não reúne condições. Já no que diz respeito às hortas comunitárias, informa que ainda não houve



disponibilidade para avançar com a segunda horta, porque ainda não existe verba. Referente à recolha de dejetos da via pública informou que foram feitas campanhas de sensibilização com oferta de sacos e porta sacos. Quanto à questão das árvores e do derrame da resina, o Presidente da Junta informou que tentaram, junto da Faculdade de Arquitetura, falar com um arquiteto paisagista e reuniram com dois professores mas, basicamente, foram empurrados para uma prestação de serviços. Informou ainda que o banco de ajudas técnicas está em crescimento, já se realizou a feira de artesanato, o roteiro turístico e a recriação da feira medieval não avançou porque o orçamento era elevado, com o mercado oitocentista e receção à rainha. Respondendo à questão sobre o empreendedorismo, o que se tem feito são medidas avulsas, no entanto receberam uma proposta de um empreendedor para implementar no espaço do mercado a sua empresa e em relação aos apoios técnicos aguarda-se pelos apoios do quadro do programa Portugal 2020. Já quanto aos programas operacionais que são feitos através dos contratos de inserção, está previsto investir, em dois mil e dezasseis, cerca de cem mil euros. -----

Em resposta a João Queirós (CDU), o Presidente da Junta disse que no plano de atividades só perduram as que têm sucesso e acrescentam-se novas, já que o orçamento não estica. Por outro lado, a equipa de pessoal da Junta é reduzida, o que obriga a recorrer a estagiários para colmatar falhas, mas quando estes já se encontram devidamente habilitados têm de ir embora pois a Junta não pode fazer a sua integração. Acrescentou, ainda, que mesmo assim a Junta tem sorte, pois os seus funcionários são “pau para toda colher”. Terminada a intervenção do Presidente da Junta o Presidente da Mesa Raúl Santos colocou o ponto quatro à votação, sendo o mesmo aprovado com o voto a favor do PSD, contra do BE e abstenção da CDU e do PS. De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra a Daniela Ramalho (BE) para fazer uma declaração de voto (esta intervenção faz parte integrante desta ata como **Anexo número catorze**). Para encerrar este ponto o Presidente da Mesa colocou a Minuta à votação sendo aprovada por unanimidade. -----

Ponto 5 – relatório de atividades da Junta. Sobre este ponto não houve intervenções. -----

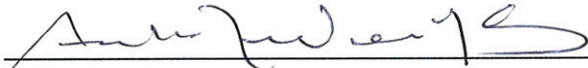
O Presidente da Mesa, concluída a ordem de trabalhos colocou à votação o voto de louvor ao Clube Zupper Associação, sendo aprovado por unanimidade. Este documento consta do **Anexo sete**. -----



O Presidente da Assembleia Raúl Santos deu por encerrada a reunião desejando a todos os presentes um Bom Natal e um Feliz Ano Novo. -----

O Presidente: 

O Primeiro Secretário: Helena Isabel da Rocha Oliveira

O Segundo Secretário: 

Moção

Contra a reintrodução de portagens na A4 em Ermesinde

Considerando que:

- A Autoestrada A4 é um dos principais eixos viários que servem a Freguesia de Ermesinde;
- Uma parte significativa dos Ermesindeiros utiliza diariamente este troço por falta de alternativas capazes;
- Grande parte dos pressupostos que levaram o Governo em 1995 a eliminar as portagens se mantêm sem alterações significativas, nomeadamente o facto de não terem sido até agora construídas alternativas nas estradas nacionais capazes de escoar o trânsito.
- A introdução de portagens significaria um encargo muito elevado para as famílias e empresas.

A Assembleia De Freguesia de Ermesinde reunida em sessão ordinária no dia 21 de dezembro de 2015, delibera ~~por unanimidade~~, repudiar qualquer reintrodução de portagens na autoestrada A4, pois encontra-se em causa o superior interesse público e das populações locais, visto não estarem reunidas as condições mínimas em termos de alternativas que garantam a sua mobilidade.

A presente moção deve ser enviada para respetivo conhecimento ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República e ao Conselho de administração da empresa Infraestruturas de Portugal IP.

Ermesinde, 21 de dezembro de 2015

A Assembleia de Freguesia de Ermesinde



Intervenção

Período antes da Ordem do Dia

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e restante Mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Junta da Freguesia e restantes elementos do Executivo,
Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia,
Comunicação Social e público em geral,

Queria congratular a Junta da Freguesia de Ermesinde pela tomada de posição unânime contra a reintrodução de portagens na A4 e na A3, entre Ermesinde, Águas Santas e o Porto, e propor a ratificação dessa tomada de decisão em sede de Assembleia de Freguesia.

Neste sentido, tomo a liberdade de apresentar para votação o documento que espelha a tomada de posição do Executivo a propósito desta questão e o qual passo a ler, constituindo parte integrante da presente intervenção e proposta a votação.

Pela Bancada do Partido Social Democrata

Angela Bragança

Assembleia de Freguesia de Ermesinde -21/12/ 2015 - Período antes ordem do dia

Boa noite.

Gostaríamos de colocar algumas questões para a s quais pedimos solução.

Limpeza- Tem-se assistido a uma contínua degradação da limpeza de espaços no interior do Parque Urbano. Mesmo neste período de Inverno, pensamos não dever ser descurada a sua limpeza, uma vez que há uma utilização contínua destes espaços pela parte da população, mas porque também, é uma área que se deve manter limpa permanente.

Lateral ao Parque Urbano, na Rua da Fábrica da Cerâmica, mais concretamente nas traseiras da drogaria Grilo, torna-se necessária a limpeza das silvas, que são motivo de incómodo para quem utiliza aquela área de passeio.

Escola da Costa - Foi-nos feita sentir por alguns pais, a necessidade de colocação de grelhas, em determinados locais do seu espaço, já que a falta dessas grelhas por vezes é motivo de quedas e lesões nas crianças.

Cemitério Nº. 1 – Em vários sectores no seu interior, existem espaços longos entre grelhas de escoamento de águas utilizadas nas limpezas de campos/jazigos, que dão origem a duas situações que pensamos ser passíveis de correcção:

1ª - evitar o maior consumo de água, uma vez que os seus utilizadores buscam mais água para levar o lixo de um ponto a outro das respectivas grelhas, ou deixam ficar a água pelo caminho;

2ª - evitar que tais lixos sejam deixados “à porta dos outros”.

Sugerimos também que se proceda a uma melhor distribuição dos contentores selectivos, devidamente localizados e assinalados.

Ermesinde, 21 de dezembro de 2015

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária

Recomendação**Sobre as árvores dos espaços públicos**

Mais uma vez, **neste outono**, se vislumbra o início da mal chamada "poda" das árvores dos nossos espaços públicos, ruas, parques, jardins, escolas e outros locais.

Apesar de todas as tentativas por nós feitas ao longo de anos, de todas as chamadas de atenção, continua-se a fazer a opção de degradar e desfigurar o património arbóreo nos espaços públicos, não apenas em Ermesinde, mas por todo o concelho, numa prática com contornos de verdadeiro delito ambiental.

Não existe nenhum argumento técnico, nem ambiental ou social que justifique este massacre anual dos arvoredos públicos. A "poda camarária" é apenas um hábito rotineiro, sem qualquer explicação racional.

Mais uma vez pedimos e recomendamos à Junta de Freguesia, na pessoa do seu presidente, que intervenha o mais depressa possível junto da Câmara para que ponha cobro de imediato a esta prática. No que à Junta cabe diretamente orientar nestes trabalhos, pedimos igualmente que deixem de fazer estas pretensas podas, que desfeiam as árvores e os locais onde elas se inserem e levam ao seu declínio e morte prematura.

Os núcleos urbanos da nossa cidade são pobres em espaços verdes condignos, bonitos, bem tratados e bem arborizados. É necessário conservar o que existe. É preciso aproveitar o outono e o inverno, não para degradar os arvoredos e os espaços verdes existentes, mas sim para plantar mais árvores nas nossas ruas, praças e jardins, escolhendo espécies **adequadas a cada situação e deixá-las crescer na sua forma natural.**

Ermesinde, 21 de dezembro de 2015

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária



Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia,

Exmos. Membros do Executivo,

Exmos. Membros da Assembleia,

Exmo. Público,

Boa noite,

Nas últimas semanas os habitantes de Ermesinde tomaram conhecimento de uma provável reintrodução do pagamento de portagens nos troços da A3, entre Águas Santas e Maia, e da A4, entre Águas Santas e Ermesinde. A reintrodução foi negociada pelo anterior governo de coligação entre PSD/CDS com a empresa Infraestruturas de Portugal.

Tal como foi sendo hábito nas negociatas concluídas pelo anterior governo, o negócio das portagens irá render, aparentemente, cerca de 15 milhões de euros por ano à concessionária, sendo irrelevante para as contas governamentais, o prejuízo causado aos cerca de 50.000 habitantes da cidade de Ermesinde, e aos muitos mais habitantes do Concelho de Valongo que utilizam diariamente o até então percurso isento de portagem.

Não obstante o anterior governo ter acenado por diversas vezes com a bandeira do fim da crise, a verdade é que tal fim não teve ainda reflexo na vida das famílias, pelo que todo o rendimento disponível é pouco para o orçamento familiar. A isto acresce que o concelho e a freguesia não têm capacidade para absorver com postos de trabalho toda a sua população, sendo visível que os transportes públicos que servem a freguesia demonstram sinais de sobrelotação nas horas de ponta, sendo que muitos dos ermesindenses necessitam de se deslocar de carro para os seus empregos, beneficiando largamente da isenção do pagamento de portagens.

É importante salientar que não existem alternativas viáveis para o percurso abrangido pela auto-estrada, desde logo porque as estradas nacionais que ligam a cidade

aos concelhos vizinhos, e ao concelho do Porto, se encontram visivelmente congestionadas com trânsito, além de exibirem uma péssima qualidade de circulação.

A utilização das alternativas torna ainda, obviamente, a viagem mais longa e com mais custos indirectos para o utilizador, prejudicando a qualidade de vida dos utentes. Causa igualmente prejuízos às populações que vivem junto dessas mesmas estradas, com perdas ao nível da qualidade ambiental, da eficácia dos transportes públicos que utilizam essas vias e do próprio ruído causado pelo aumento do tráfego.

Pelo que urge que as entidades políticas da freguesia de Ermesinde se manifestem de forma inequívoca contra a cobrança de portagens nos troços assinalados, devendo assumir a uma só voz uma posição forte e fundamentada contra a decisão tomada pelo anterior governo.

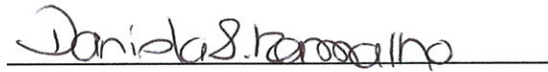
A introdução das portagens traduzir-se-á numa oneração dos custos de vida das famílias da cidade, bem como na introdução de um constrangimento da sua mobilidade, com os consequentes prejuízos para o desenvolvimento da própria freguesia também a nível económico, e na sua capacidade de atrair novos habitantes e de fixar os habitantes que já tem, considerando que a ligação directa à auto-estrada entre a freguesia e o centro da cidade do Porto e outros concelhos vizinhos é um dos maiores atractivos para a fixação de pessoas no nosso território.

Por este motivo, o Bloco de Esquerda apresenta uma moção relativa a este assunto, por forma a que os membros da assembleia de freguesia, trabalhando em conjunto, possam aprovar um documento que congregue todos os esforços de unanimidade e se torne na tomada de posição oficial deste órgão.

O Bloco de Esquerda tomou conhecimento de que no parque da SOCER se têm agravado as condições de conservação, nomeadamente com a destruição de uma das pontes que faz a ligação das margens do Rio Leça. Este sinal de degradação junta-se assim a outras denúncias e queixas que têm sido detectadas nas redes sociais, e que também pessoalmente têm sido relatadas a membros do Bloco de Esquerda, relativas ao estado de abandono e rápida degradação deste espaço verde privilegiado na cidade de Ermesinde. Consideramos que a intervenção neste espaço é especialmente urgente, desde logo por ser um espaço único pela sua localização e por ser o único espaço verde

que serve a população que vive na zona da Travagem e de Sampaio, mas também pela mais valia que representa a envolvimento natural do parque, pelo que é urgente que alguma atitude seja tomada quanto a esta situação.

A representante do Bloco de Esquerda,



(Daniela Silva Ramalho)

**MOÇÃO – Contra a reintrodução de portagens nos troços da A3 e A4 que servem
a Freguesia de Ermesinde**

Tendo em consideração as notícias que dão conta da reintrodução de portagens entre os troços da A3, entre Águas Santas e Maia, e da A4, entre Águas Santas e Ermesinde, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde salienta que tal medida causa um enorme prejuízo aos cerca de 50.000 habitantes da cidade de Ermesinde, repugnando veementemente a sua concretização.

Assim, reconhece que o concelho e a freguesia não têm capacidade para absorver com postos de trabalho toda a população, sendo visível que os transportes públicos que servem a freguesia demonstram sinais de sobrelotação nas horas de ponta, sendo que muitos dos ermesindenses necessitam igualmente de se deslocar de carro para os seus empregos.

Salienta ainda que não existem alternativas viáveis para o percurso abrangido pela auto-estrada, desde logo porque as estradas nacionais que ligam a cidade aos concelhos vizinhos, e ao concelho do Porto, se encontram visivelmente congestionadas com trânsito, além de exibirem uma péssima qualidade de circulação, além obviamente de tornarem a viagem mais longa e com mais custos para o utilizador. Causando-se igualmente prejuízos às populações que vivem junto dessas mesmas estradas, com perdas ao nível da qualidade ambiental, da eficácia dos transportes públicos que utilizam essas vias e do próprio ruído causado pelo aumento do tráfego.

Reconhece que a introdução das portagens traduzir-se-á numa oneração dos custos de vida das famílias da cidade, bem como na introdução de um constrangimento da sua mobilidade, com os consequentes prejuízos para o desenvolvimento da própria freguesia também a nível económico, e na sua capacidade de atrair novos habitantes e de fixar os habitantes que já tem, considerando que a ligação directa à auto-estrada entre a freguesia e o centro da cidade do Porto é um dos maiores atractivos para a fixação de pessoas no nosso território, em comparação com freguesias vizinhas, resultando num

prejuízo e num retrocesso de acessibilidade e mobilidade da população absolutamente inaceitável.

Por tudo o exposto, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde considera que:

1 - a mobilidade das populações deve ser devidamente analisada e reflectida em sede da AMP (Área Metropolitana do Porto) articulando os transportes colectivos, estratégias de mobilidade e transportes próprios;

2 – deve ser efectuada uma forte pressão junto das autoridades competentes, nomeadamente do ministério do Planeamento e das Infra-estruturas, para travar a intenção de portajar os troços da A3 e A4 (entre Águas Santas/Maia e Águas Santas/Ermesinde);

3 – devem ser desenvolvidos todos os esforços de articulação com as freguesias/concelhos igualmente afectados pela concretização desta medida, bem como desenvolvidos esforços de comunicação e pressão junto do novo Governo, por forma a reverter a medida acordada com o anterior executivo;

4 – devem ser mobilizados todos os esforços da população de Ermesinde na contestação a esta medida.

A representante do Bloco de Esquerda,



(Daniela Silva Ramalho)

Intervenção

Boa noite.

Olga Trabulo, do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restante Mesa,

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restante membros,

Exmos. Membros de todas as bancadas,

Comunicação Social e

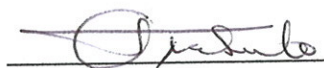
Público em geral.

SOBRE A OFERTA DE LIVROS PELO NATAL

O grupo parlamentar do PSD deseja agradecer e felicitar a Junta de Freguesia de Ermesinde por ter, mais uma vez, presenteado os alunos do Ensino Básico e Pré-escolar com um livro a cada estimulando, desta forma, o gosto pela leitura. Assim, cerca de duas mil crianças têm, pelo menos, uma prenda este Natal.

Obrigada.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD,



(Olga Trabulo)

21-12-2015



Intervenção

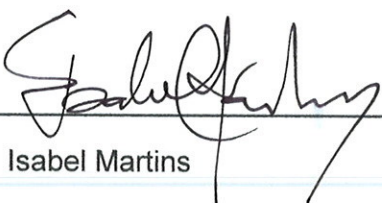
A chegada da quadra natalícia reporta-nos às felizes lembranças do Natal da nossa infância, à magia da realização dos sonhos, porque acreditávamos no “Menino Jesus...no Pai Natal”. Por isso, a iniciativa da Junta de freguesia trás uma vez mais a Ermesinde e em particular aos ermesindenses a magia do Natal que por momentos nos faz esquecer as dificuldades do dia a dia. Natal “é sempre que o homem quiser”, e todos nós, de acordo com as nossas possibilidades procuramos que assim seja durante todo o ano contribuindo sempre que alguém nos pede esmola ou ajuda, mas o mês de Dezembro trás uma das mais mágicas épocas do ano. Por isso, vimos manifestar o nosso agradecimento ao Executivo desta Junta liderado pelo seu presidente Luís Ramalho assim como a todos os que colaboraram nesta iniciativa, por ter conseguido através de uma panóplia bastante diversificada de atividades natalícias, fazer as alegrias dos mais pequenos, graúdos e dos mais sábios os “idosos” que se guerreavam para continuarem a viagem no comboio de Natal.

Haverá sempre falhas a apontar, pois não existem projetos perfeitos. Todavia, aqui fica uma vez mais o nosso agradecimento para que se continue a fazer de Ermesinde “a cidade onde é bom viver”.

Desejamos a todos um FELIZ NATAL e um ANO NOVO com muita paz.

Ermesinde, 21 de Dezembro de 2015

Pela bancada do PSD



Isabel Martins

VOTO DE LOUVOR

A Bancada do Partido Social Democrata propõe a Assembleia da Junta de Freguesia um Voto de Louvor ao CLUBE ZUPPER ASSOCIAÇÃO pela qualidade na organização da SÃO SILVESRE DE ERMESINDE que decorreu no passado dia 18 e Dezembro de 2015.

A prova contou 800 atletas inscritos e 740 participantes activos (contando com 92,5% de nível de participação).

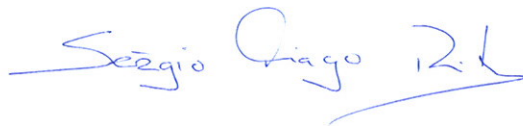
Foi destacada nas redes sociais e meios de comunicação como uma prova de elevado nível organizacional e de uma qualidade imensurável.

Alerto também para o facto de ser uma das únicas provas a nível nacional que os prémios monetários não distinguiram o sexo dos participantes como foi referido nessas mesmas redes sociais por uma atleta de renome no atletismo português.

Ao CLUBE ZUPPR ASSOCIAÇÃO um bem-haja pela dedicação e empenho que demonstram em todas as actividades por si organizadas zelando sempre pela qualidade e rigor. ERMESINDE agradece!

Ermesinde, 21 de Dezembro 2015

Sérgio Tiago Sousa Santos Ribeiro - PSD





Intervenção

Ao longo deste período tem sido matéria de esforço por parte da Junta de Freguesia de Ermesinde em organizar actividades com carácter vocacionado e direccionado para a comunidade jovem, grupo etário do primeiro ano escolar até aos jovens adultos desta Freguesia, tendo com exemplos o campo de férias e a festa da juventude.

Assim congratulo a Junta de Freguesia juntamente com os jovens que participaram, que muito elogiaram estas iniciativas, sendo que é sua intenção participar em próximas actividades.

O trabalho desenvolvido e a crescente aposta na juventude, vem demonstrar a importância que está a ser dada à educação e preparação dos jovens para a vida comunitária, tornando estes participativos, sendo os resultados cada vez mais evidentes.

Ermesinde, 21/12/2015

Pela bancada do PSD

Marta Inverneiro



Intervenção

Congelamento de Taxas para 2016

Exmo Senhor Presidente da Assembleia da Freguesia de Ermesinde,

Exmos Elementos da Assembleia da Freguesia de Ermesinde,

Exmo Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Ermesinde,

Exmos Vogais do Executivo da Junta da Freguesia de Ermesinde,

Público aqui presente, Comunicação Social.

De acordo com o artigo 16º do Regulamento de Taxas e Licenças os valores das taxas são atualizados anual e automaticamente, tendo em atenção a taxa de inflação prevista, indicada pelo Instituto Nacional de Estatística reportada ao último trimestre do ano anterior à atualização.

Este aumento das taxas estabelecido no regulamento de acordo com a taxa de inflação decorre do artigo 9º, da lei 53-E/2006, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, pelo que o regulamento desta Junta apenas o transportou da lei e definiu qual a entidade onde deve ser recolhida a taxa de inflação, o INE.

Atendendo a que:

- * A taxa de inflação homóloga para 2015 é de 0,6% e que a taxa de inflação média para 2015 é de 0,4% segundo o destaque do INE, estimando-se uma perda de receita com pouco impacto para o Orçamento da Junta de Freguesia de Ermesinde (JFE).
- * Apresentando esta Junta nos últimos anos um equilíbrio financeiro das suas contas, e tendo em conta que detém um depósito a prazo superior a 100.000€.

Os eleitos do Partido Socialista entendem que a JFE no âmbito da sua política de proximidade não pode ficar indiferente ao baixo poder de compra dos Ermesindeiros, tendo por obrigação atenuar as políticas governamentais dos últimos 4 anos de redução de poder de compra, sempre que esteja no âmbito das suas competências.

Pelo exposto os eleitos do Partido Socialista concordam com o congelamento da atualização das taxas para 2016.

Ermesinde, 21 de dezembro de 2015

PARTIDO SOCIALISTA DE ERMESINDE



Paulo Sousa. Do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restante Mesa
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restantes membros do executivo
Exmo.s Senhores Membros da Assembleia de Freguesia
Comunicação Social e Público em Geral

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, queremos aqui deixar uma palavra positiva sobre este orçamento, pois revela rigor e equilíbrio.

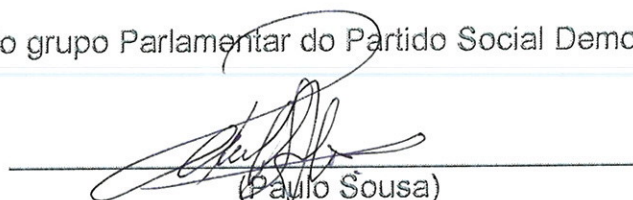
Após a análise do Orçamento podemos concluir e salientar que é um documento para um mandato, e sendo o orçamento possível demonstra responsabilidade e constância na gestão permitindo uma consequente e relevante redução dos custos.

É um orçamento mais equilibrado pois já tem um conhecimento mais real e atual do impacto das novas competências de varredura e manutenção das escolas e jardins.

Constatamos que este Orçamento é um documento técnico, que espelha a realidade nas contas, é também um orçamento responsável e comedido, competências com que concordamos e entendemos ser este o caminho.

Sabemos que 2016 será ainda um ano marcado por alguma instabilidade no país, que provocará insegurança e necessidades orçamentais rigorosas e equilibradas. Os adjectivos que podemos utilizar para definir este orçamento são, Responsabilidade e Confiança.

Pelo grupo Parlamentar do Partido Social Democrata



(Paulo Sousa)



ANEXO 11

Intervenção

Plano de atividades, Orçamento e Plano plurianual de Investimentos para 2016

✧ Plano de Atividades e Plano Plurianual de Investimentos

No que se refere ao plano de atividades, Senhor Presidente, é com particular agrado que o Partido Socialista vê a reintrodução neste plano do estudo de viabilidade económica para a construção do crematório. Este estudo irá permitir à Junta de Freguesia de Ermesinde (JFE) avaliar a valia deste investimento e qual o seu impacto no orçamento. Esta análise de viabilidade irá por outro lado facilitar a sua implementação caso esta venha a ocorrer.

Relativamente à atividade “Requalificação do Largo António Moreira da Silva Canório”, constatamos a resolução dos perigos expostos neste espaço apresentados na última Assembleia de Freguesia, pelo Partido Socialista, e verificamos que iniciou a requalificação do espaço. Lendo o Plano Plurianual de Investimentos para 2016 esta atividade apresenta um valor de despesa inscrita de 9.000€. Assim, queremos saber:

- ✓ Que ações faltam concretizar para que este espaço possa ser devolvido, em 2016, aos Ermesindeiros?
- ✓ Se há despesa inscrita noutras rubricas? Pretendemos assim saber o valor da despesa total inscrita para a execução desta atividade em 2016?

✧ Orçamento

Senhor Presidente apraz-nos que as solicitações do Partido Socialista tenham sido atendidas relativamente à dificuldade de leitura e interpretação do orçamento. A identificação da designação das rubricas sempre que estas são desagregadas clarifica a leitura e a interpretação do documento. O orçamento é um instrumento fundamental que permite organizar e controlar os recursos financeiros e humanos da JFE sendo de suma importância que todos os seus interlocutores o compreendam aquando da sua discussão. Mas esta pequena melhoria no orçamento é o reflexo de mudanças maiores que resultaram da reorganização e modernização dos serviços administrativos, iniciada no anterior mandato e com continuidade neste, mudanças que sempre contaram com o apoio e contributo do Partido Socialista. Não podemos no entanto esquecer, a dedicação, a disponibilidade e o empenho



dos funcionários da Junta de Freguesia de Ermesinde, que foram parte integrante e ativa das mudanças realizadas.

Senhor Presidente, o Fundo de Emergência Social (FES) resulta de uma proposta que o Partido Socialista de Ermesinde apresentou em 2011, com o objetivo de promover ações concertadas e articuladas com os parceiros sociais, através de medidas de intervenção, inclusão e apoio social, no sentido de atuar sobre os fenómenos de pobreza e exclusão social assegurando os direitos básicos de cidadania aos Ermesindenses. Este fundo desde a sua aprovação em 2012, tem apresentado sempre uma taxa de execução orçamental muito baixa, tornando-se a rubrica onde este fundo está inscrito numa mera conta-poupança. Isto claramente que contraria os objetivos que guiaram a constituição deste FES, sendo necessário aferir as razões pelas quais este apoio não está a ser empregue, pois não acreditamos que os motivos se prendem com os seus objetivos, ou seja, com a inexistência de fenómenos de pobreza e de exclusão social na freguesia de Ermesinde. Ao aprovarmos mais um orçamento com um valor inscrito na despesa para este FES de 10.000€, é o momento de refletirmos sobre a sua implementação. Pelo que solicitamos a Vossa Excelência que na próxima Assembleia de Freguesia, apresente a esta Assembleia um relatório de execução deste FES, desde a sua constituição, em que por ano (4 anos) identifique:

1. o número de pedidos de apoio;
2. o número de pedidos recusados e quais os motivos de recusa;
3. o valor de apoio às famílias;
4. o tipo de apoio prestado;
5. o número de apoios concedidos e não usados e quais os seus motivos.

Também pretendemos saber com que regularidade reúne atualmente a Comissão de Análise que aprova a atribuição dos apoios previstos neste FES. Para que o ano de 2016, não seja mais um ano de fraca implementação deste FES, propomos que a JFE estabeleça um protocolo com a Associação Ermesinde Cidade Aberta (ECA), entidade que na freguesia tem atualmente responsabilidades na atribuição de apoios no âmbito da resposta da ação social, permitindo assim que os apoios previstos neste fundo possam chegar aos Ermesindenses.

Ermesinde, 21 de Dezembro de 2015

OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA DE ERMESINDE

Intervenção relativa ao Plano de Actividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2016

Analisando o teor do Plano de Actividades, do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para 2016, o Bloco de Esquerda constatou que novamente o documento se traduz num exercício de copiar e colar os documentos dos anos anteriores, mais concretamente de 2014 e 2015. Salvo algumas pontuais alterações, não deixa de ser preocupante que em três anos nada tenha sido aparentemente feito, remetendo-se sucessivamente para o ano seguinte a implantação de medidas, a concretização de actividades, cabendo questionar se a sua não concretização resulta de má vontade política, ou de incapacidade.

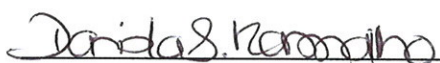
Senão vejamos,

- No ponto relativo às infraestruturas e conservação dos espaços públicos, verifica-se a introdução da necessidade de realização de um estudo de viabilidade do crematório, estudo que aparentemente se pretende realizar dois anos depois de o próprio arranque do crematório ter sido previsto. Não deveria o estudo ter precedido o arranque da obra? Ou o estudo já estava previsto sem ser no plano de actividades e transitou agora para o plano de actividades para continuar sem ser realizado? Felizmente, e não obstante ser também medida que transita há dois anos para os sucessivos planos de actividades, não se concretizou até ao momento a aquisição do equipamento para o centro de cremação, caso contrário, e no caso de o estudo de viabilidade económica desaconselhar a sua construção, teriam sido gastos fundos da Junta de Freguesia desnecessariamente.
- Quanto à apresentação à Câmara Municipal de uma proposta de alteração ao Protocolo de transferência de gestão do cemitério n.º 2, o que foi feito? Ou a transição desta medida demonstra que nada foi feito até ao presente?
- Quanto às obras de requalificação do Largo do Mercado, considerando que neste espaço já foram realizadas obras, o que falta fazer? O que está ainda previsto? O mesmo relativamente ao Largo António Moreira da Silva Canório, no qual é novidade a criação do espaço intergeracional, não se compreendendo o que foi entretanto feito quanto ao espaço para convívio das famílias.
- Relativamente à intervenção no Parque Infantil de Sonhos, que transita também dos outros dois anos, é difícil de concretizar? Ou o parque vai continuar a ser intervencionado? Em caso afirmativo o que já foi feito?

- A comunicação com a REFER já foi reforçada? Ou o reforço é assim tão difícil que vem sendo feito há dois anos? Quais os resultados alcançados com os reforços de comunicação anteriores?
- O que foi feito nas hortas comunitárias? Já foram efectivamente ampliadas prevendo-se a continuidade da sua ampliação até ao infinito? Ou trata-se novamente de um medida que transita por não concretizada?
- O que feito relativamente ao acompanhamento dos idosos pela PSP? Em que estado se encontram os esforços para a implementação do serviço de apoio ao idoso? Como vai o processo de levantamento da população idosa da freguesia? O que foi feito para combater o seu isolamento?
- O que foi alcançado até ao momento com o combate à presença de dejectos de animais nos jardins públicos e passeios, que campanhas de sensibilização foram até ao presente momento feitas e como aumentou a fiscalização destas práticas?
- Quanto ao derrame de resina e de recolocação de árvores nos espaços em falta, considerando que também são medidas que transitam, não houve ainda tempo para concretizar a medida? Ou será que vai ser mais uma previsão que transita para o ano seguinte?
- Que passos foram até ao momento dados ao nível da acção social, a criação do Centro de Ajudas Técnicas?
- Quais as medidas implementadas ou os passos dados até ao presente momentos quanto ao lançamento do roteiro turístico e de criação do museu etnográfico, considerando que continuam a transitar de outro plano de actividades? E quanto à realização da Feira Medieval com a recriação da recepção à Rainha D. Maria II, a 18 de Maio de 1852?
- Que passos foram dados para o desenvolvimento do Conselho da Cidade?
- No campo do empreendedorismo, o que foi efectivamente concretizado e alcançado nos anteriores anos?
- Tendo em consideração a moção relativa ao apoio efectivo dos refugiados e pela criação duma rede de locais refúgio, moção essa aprovada pela maioria dos membros desta assembleia, o plano de actividades é omissivo quanto à sua concretização. O que está previsto neste sentido? Como pretendem concretizar esta necessidade?
- Finalizando a análise ao plano de actividades, convém salientar que é positiva a calendarização das actividades a realizar no campo do desporto e cultura, contudo, cabe ainda salientar que o copiar e colar manteve a comemoração do 41.º aniversário do 25 de Abril, evento histórico que em 2016 faz 42 anos, e manteve igualmente a 9.ª edição da corrida “Ermesinde corre livre”, quando em 2016 se realizará a 10ª edição.

- Quanto ao Orçamento apresentado, há rubricas que não se afiguram claras, como são os casos das verbas destinadas ao contrato de assistência de software/hardware, investimento que aparentemente ficou concretizado em anos anteriores. Acrescendo ainda a estes gastos os relativos ao equipamento informático e ao software informático. Nestes termos, é possível concretizar qual o destino destas verbas? Relativamente aos programas ocupacionais, para os quais estão previstos € 76.000,00, em que é que estes programas se traduzem?

A representante do Bloco de Esquerda,



(Daniela Silva Ramalho)

Orçamento e plano de Atividades da Junta de Freguesia de Ermesinde para 2016

É hoje apresentado a esta Assembleia, para ratificação, o Orçamento e Plano de Atividades da Junta para o ano de 2016.

Os dados apresentados previamente e a avaliação dos valores orçamentais e objetivos para o próximo ano, mostram-nos estarmos perante um documento corretamente elaborado, que não deixa lugar a dúvidas quanto à distribuição dos valores reais existentes, para a manutenção do funcionamento normal da Junta de Freguesia.

Na parte das Receitas e Despesas apresentadas no documento do Orçamento, todo processo legal de procedimento corresponde ao já esperado. Não há nada a apontar.

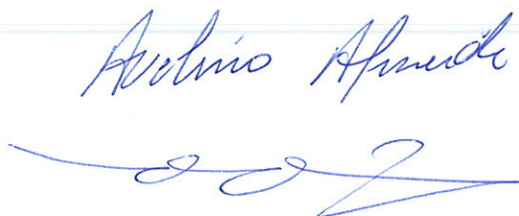
Já no Plano de Atividades, a continuidade do estilo e dos objetivos propostos, bem como a previsível não realização de alguns deles, que transitam de um ano para o outro sem qualquer solução, suscitam-nos muitas dúvidas.

Às questões anunciadas de ano para ano, que não avançam, temos ainda de acrescentar a falta de execução prática de planos de envolvimento da população e do Movimento Associativo, como é o caso evidente do Conselho da Cidade.

Dadas as razões apontadas durante a discussão, a CDU opta por se abster na votação do Orçamento e Plano.

Ermesinde, 21 de dezembro de 2015

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária



DECLARAÇÃO DE VOTO

Mapa de Pessoal, Plano de Actividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento
para 2016

Considerando que,

1. Da leitura do plano de actividades, do plano plurianual de investimentos e do orçamento para 2016 resulta claro que os documentos são um mero exercício de copiar e colar dos documentos dos anos anteriores,
2. Essa factualidade revela uma incapacidade para a realização da grande maioria das actividades e investimentos previstos, a qual pode resultar da impossibilidade concreta da Junta de Freguesia de concretizar aquilo a que se propõe, ou que é reflexo da má vontade política na concretização das mesmas,
3. Se verifica, em concreto que,
 - a) No ponto relativo às infraestruturas e conservação dos espaços públicos se continua a mencionar o arranque do projecto de instalação do crematório, introduzindo dois anos depois da sua previsão a necessidade de realização de um estudo da sua viabilidade, quando tal estudo deveria ter precedido obrigatoriamente o seu arranque. Que novamente, se continua a mencionar a apresentação à Câmara Municipal de uma proposta de alteração ao Protocolo de transferência de gestão do cemitério n.º 2, quando ao longo de dois anos existiu oportunidade para o fazer, sem que até ao momento se saiba se foi apresentada qualquer proposta e qual o resultado da apresentação. Se menciona a aquisição de equipamento para o centro de cremação, medida que também transita, mas que está totalmente dependente do resultado do estudo de viabilidade e do seu arranque, o

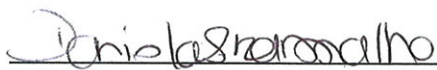
que acaba por ser uma medida que felizmente não foi concretizada, considerando que a aquisição poderia redundar num gasto desnecessário no caso de o estudo de viabilidade revelar a desnecessidade do mesmo.

- b) Quanto às obras de requalificação do Largo do Mercado não se compreende em que obras concretas se traduzem, na medida em que o Largo do Mercado já foi intervencionado.
- c) A previsão da intervenção no Parque Infantil de Sonhos, que transita também dos outros dois anos, é assim tão difícil de concretizar? Ou o parque vai continuar a ser intervencionado?
- d) Os lavadouros também continuam a ser promessa de reparação, o que aparentemente nunca se concretiza, com a necessidade de repetir a promessa de reparação em anos consecutivos. O mesmo acontece com a intervenção no Largo António Moreira da Silva do Canório, onde agora se prevê também a criação de um espaço de encontro intergeracional, nada parecendo ter sido feito quanto ao espaço dedicado às famílias.
- e) O reforço de comunicação com a REFER é também uma medida copiada dos planos de actividades anteriores, não se compreendendo como é que o reforço ainda não foi concretizado, ou se, tendo sido feito, quais os avanços obtidos na matéria.
- f) Relativamente às actividades relacionadas com o meio ambiente, salienta-se que também a horta comunitária vem sendo ampliada, não se compreendendo a transição desta medida, ou se, a ampliação não tem limites espaciais. No mesmo sentido e considerando que também transita a medida de combater a presença de dejectos de animais nos jardins públicos e passeios, que campanhas de sensibilização foram até ao presente momento feitas e como aumentou a fiscalização destas práticas. Quanto ao derrame de resina e de recolocação de árvores nos espaços em falta, considerando que também são medidas que transitam, não houve ainda tempo para concretizar a medida? Ou será que vai ser mais uma previsão que transita para o ano seguinte?

- g) Ao nível da acção social, a criação do Centro de Ajudas Técnicas continua sem concretização, não se compreendendo o que já foi feito, considerando que não é uma medida nova.
 - h) No ponto 4.5 relativo ao desporto, cultura e tempos livres, as medidas de lançamento do roteiro turístico e de criação do museu etnográfico continuam a transitar de outro plano de actividades, demonstrando que o seu destino será muito provavelmente a não concretização. No mesmo sentido, repete-se a intenção de realização da Feira Medieval com a recriação da recepção à Rainha D. Maria II, a 18 de Maio de 1852, outra medida que até ao momento não logrou ser concretizada.
 - i) Verifica-se ainda que se mantém a promessa de desenvolver a actividade do Conselho da Cidade, sem que nos anos anteriores nada tenha sido aparentemente feito nesse sentido. No mesmo sentido verifica-se a transição da medida de descentralização da realização das assembleias de freguesia, quando na realidade se compreende que é mais uma medida que não irá ser concretizada.
 - j) Também no campo do empreendedorismo transitam medidas sem que se perceba o que foi efectivamente concretizado e alcançado nos anteriores anos em que foram previstas exactamente nos mesmos termos.
4. Que face ao exposto não nos afigura compactuar com um plano de actividades que aparentemente não irá ser concretizado, consistindo num conjunto de actividades não concretizadas anteriormente, embora previstas.
5. Ao que acresce que, também o Orçamento apresentado contém rubricas que não se afiguram claras, como são os casos das verbas destinadas ao contrato de assistência de software/hardware, investimento que aparentemente ficou concretizado em anos anteriores. Acrescendo ainda a estes gastos os relativos ao equipamento informático e ao software informático.

Pelo que, e por tudo o exposto, a representante do Bloco de Esquerda vota contra o Mapa de Pessoal, Plano de Actividades, Planos Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2016, constante do ponto 4 da Ordem de Trabalhos, na assembleia ordinária de 21 de Dezembro de 2015.

A representante do Bloco de Esquerda,



(Daniela Silva Ramalho)